

MULHERES, TRABALHO, FAMÍLIA: OLHAR, OLHARES¹

Maria Luzia Miranda **ÁLVARES**²
Departamento de Ciência Política/UFPA
GEPEN/UFPA

Resumo: *Este artigo examina os modelos masculinos e femininos criados pela representação social patriarcal. Procura avaliar os papéis atribuídos aos homens e às mulheres com evidências aos custos dessas atribuições sobre o desempenho desses atores sociais no trabalho e na família, concorrendo para investigar níveis de desigualdade e violência marcando a trajetória das mulheres.*

Introdução

A primeira idéia para desenvolver o tema em um título agregador das preocupações sobre trabalho e família e a questão das mulheres concentrou-se no subtítulo de um livro sobre o cotidiano das freiras de um colégio religioso: mulheres moralmente fortes (Passos, 1993). Pensei em todas nós que, ao assumirmos inúmeros papéis, representamos essa fortaleza moral de, às vezes, pegarmos na "enxada" e cavarmos nossa tarefa, sem nem termos certeza do que vamos encontrar. A expertise para sínteses da minha colega antropóloga Angélica Mantés revelou-se eficaz para trabalhar uma nova idéia. E o título surgiu na frase aparentemente dividida, mas fortemente integrada pelos conceitos que agrega: **mulheres, trabalho, família: olhar, olhares**. Ao meu olhar tornou-se um desafio o compromisso de abordar um tema complexo, visto que somente muito tempo depois de comparar e avaliar as diferenças de pa-

¹ Texto preliminarmente apresentado na Conferência do Dia Internacional da Mulher, 8/03/2006, no evento promovido pelo GEPEN/UFPA e pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal – PROGEP/UFPA. Agradeço à minha "parceira" e amiga Dra. Eunice Ferreira dos Santos pela discussão prévia e pela revisão do artigo.

² Doutora em Ciência Política/UPERJ. Chefe do Departamento de Ciência Política/UFPA. Coordenadora do GEPEN/UFPA.

péis assumidos pelo meu pai, irmãos, marido & demais familiares desse gênero observei as diferenças nas expectativas do desempenho dos atores no processo de produção social. Olhar como certas imposições a um modelo de representação feminino nem sempre casavam com a realidade – mas que se tornavam uma exigência ao comportamento esperado de meninas, jovens, mulheres maduras e idosas e também de meninos, jovens, homens maduros e idosos – provocou a primeira substantivação do verbo. Então o olhar deixou de ser singular para assumir-se no plural – olhares – porque se tornou recheado, preliminarmente, de indagações minhas e de outras mulheres; de tentativas de descobrir o porquê de algumas diferenças culturais reconhecidas gradualmente serem de opiniões formadas ou idéias preconcebidas sobre as mulheres emergindo novos problemas. Olhares em outras fontes que trouxeram informações mais abalizadas do por que, por exemplo, meu pai, no dia do meu casamento, fizera uma entrega solene de sua filha ao marido e o meu sogro não o fizera em relação ao filho. Tomei o gesto como um excesso de proteção paterna, mas, mesmo assim, me interroguei sobre as palavras de meu pai que demandavam para a filha a obediência ao marido, semelhantemente à recomendação expressa pelo padre e pelo juiz.

As suspeitas sobre um diferencial de desempenho na casa e na família se fortaleceram quando o ritual religioso e jurídico evocou normas constitutivas daquele contrato. As minhas atribuições e as do meu marido, no cotidiano da casa construída pelo casamento, e as expectativas de que tudo aquilo era pra valer, espelhavam uma condição “natural” do vínculo. Era o acordo consensual marcando o contrato sexual e a mudança nas atitudes comportamentais da filha, da irmã e da colegial do internato que se transformara em mulher casada, com novas atribuições para a vida privada e pública. Novos papéis deveriam ser desempenhados dentro dos padrões estabelecidos pela sociedade. A “nova mulher” assumiria encargos determinados pelo lar e pela maternidade – uma condição biológica agora regida pelas leis, mas que deveria ser tomada acima desta porque encaixada na condição afetiva: “ser mãe é desdobrar fibra por fibra o coração”¹, para tratar da prole que se estabelecia no lar construído.

Se há uma história e um olhar singular sobre esta questão tomada como enfoque para celebrar o Dia Internacional da Mulher é porque

¹ “Ser Mãe”, poema de Coelho Neto

a avaliação sobre as relações sociais entre os gêneros, numa esfera específica, se tornou manifesta das diferenças de expectativas e de comportamentos que antes eram tomados por esse olhar como "naturais". Foram os anos sessenta, num lugar geográfico estabelecido no interior amazônico, com valores culturais da sociedade ocidental cristã expondo suas determinações sobre o modelo familiar estabelecido.

E esses foram os eixos que circunstanciaram minhas indagações e as buscas pelos olhares mais questionadores e também responsivos da cadeia que interpelava socialmente mulheres e homens. O acesso às informações transformou essas buscas num permanente processo de investigação em favor da desmontagem da naturalização dos papéis sociais, desmontagem que me fez constatar, então, que atributos de feminino e de masculino eram construções sociais com determinações específicas e que se transformavam ao longo do tempo. Deixei de me culpar por não obedecer tanto às regras.

Neste texto, preliminarmente uma palestra, trato dos modelos masculinos e femininos que a representação do sistema patriarcal enfiou como papéis atribuídos de homens e mulheres. Em seguida, avalio as entonações críticas a esses modelos através dos olhares da categoria gênero sobre família e trabalho. O item seguinte considera as condições históricas da mulher brasileira no percurso da realidade do País. Por fim, evidenciei as dificuldades sobre a saúde e a violência marcando a trajetória das mulheres.

1. Tratando de modelos e papéis sexuais

A dicotomia desenvolvida pela organização social clássica para apresentar os dois sexos polarizou a história da humanidade a cada formação social que emergia no processo produtivo, embrenhando-se num emaranhado de usos e costumes que foram/são responsáveis por tecer cotidianos diferenciados na estruturação social como um todo. Ainda hoje, o lar e a maternidade se encontram instituídos num contexto de dominação, sugerindo o espaço privado como o lugar "natural" da mulher; enquanto a rua e a política, ou o espaço público, configuram-se como o "lugar do homem".

Esses modelos inseriam fatores biopsíquicos para garantir a estratégia de poder subjacente a cada ordem de conduta em funções que asseguravam uma divisão de papéis diferenciados entre homens e mulheres, conformando-se em pactos hierarquizados de sobrevivência,

aproveitados pelas instituições sociais, políticas e econômicas que definiam, entre suas regras, posições estratégicas para uns, enquanto para outros sobreviviam as determinantes de sujeição.

A organização do lar, por esse modelo, reproduziu o confinamento das mulheres e reforçou condições específicas para a esfera do privado. Nesse espaço, elas se reduziram/reduzem a instrumento de reprodução da sociedade (por via biológica), sendo o trabalho caseiro agregado à cria, na ordem da hierarquia social e econômica, considerado a menos importante das atividades. Nessa condição, fortifica-se o afastamento das mulheres da participação na vida pública e política, com apoios coercitivos para isso, baseados em concepções ideológicas atreladas a uma natureza feminina configurada como frágil, sensível, pura, emotiva, contrapondo-se à natureza masculina, vista como racional, fria, inteligente e forte. Tais concepções criaram um modelo distinto para os homens e outro para as mulheres, reforçado pela literatura, pelo saber médico e pela cultura. A mulher, tratada como “rainha do lar”, terá um papel na reprodução biológica e na reprodução ideológica: no primeiro caso, reproduzindo a vida humana, colada a afazeres que nada tinham a ver com essa ação reprodutiva (lavar roupa, cozinhar etc.); o segundo caso implicava no repasse dos ensinamentos aos filhos e na formação de seu caráter, através do exemplo vivido com predomínio de qualidades compatíveis com as “características femininas”: a simplicidade, a fidelidade, o recato, moldando-se, à sua maneira, o “futuro cidadão e a futura mãe de família” (Luz, 1982, p.15). A questão da culpabilização das mulheres não adequadas a essa representação – cujo imaginário social considerava o “instinto materno” algo natural, algo que nascia com as mulheres, verdadeiro apanágio feminino – resultava no constrangimento em ser considerada uma mãe não adequada às funções.

Quanto ao homem – soberantemente hierarquizado no lar e identificado com a razão, com a ordem, no sentido mais coercitivo da expressão –,

perderá o contato com sua prole (a não ser quando apresenta qualidades de soberano: magnanimidade, bondade, misericórdia); comigo mesma: com seu corpo, sua sensibilidade, sua inteligência no que ela tem de mais ligado à imaginação (faculdade de mulheres); com a própria mulher, que vê como “criadeira” e não como consorte (Luz, 1982, p.15).

E o mais grave: por não se sentir com o venerado "instinto materno" se perceberá excluído da relação com o filho, achando que as coisas se resolvem pela ação feminina.

Os modelos que se constroem, então, tanto do homem quanto da mulher, deverão corresponder às funções esperadas desses sujeitos aos quais foram atribuídos papéis específicos. Há ambivalência no pacto de dominação, na medida em que um e outro incorporam, em suas práticas, o discurso enunciado expresso nos valores contrários: fragilidade-força. Das mulheres, espera-se que realizem as atividades de gestão da casa, pertença do filho e do marido; dos homens, vistos como pai e marido, a função de provedores das necessidades materiais da família, daí serem considerados os chefes.

Assim, esse par manteria idealizada uma relação de comando e de subordinação, diferenciados através dos costumes que se institucionalizam e revigorada através de práticas sujeitas a cada função: o trato alimentar, o cuidado com as crianças, os doentes e os idosos, a limpeza da casa (as tarefas domésticas) são próprios das mulheres; enquanto que as decisões, o controle e a autoridade de chefe, no lar, são atribuições masculinas. Observa-se que a configuração desses modelos vai determinar uma relação distinta entre eles. A tendência dos pressupostos de representação de um sistema patriarcal é estabelecer os comportamentos entre homens e mulheres definidos por um conjunto de regras determinantes das relações entre os dois gêneros, com as normas do estatuto social se transformando em parâmetro do controle e da coerção caso as regras sejam descumpridas. A divisão sexual do trabalho tende à desvalorização do trabalho doméstico e ao afastamento das mulheres do processo produtivo social, conferindo aos homens o monopólio do mercado de mão-de-obra nas áreas qualificadas.

Possível de esta natureza padrão ser perdida a todo o momento, a cultura se mantém vigilante devendo ser constantemente aprendida, vivida, controlada. "Perder a 'feminilidade' ou a 'masculinidade' é uma ameaça constante e as regras para que tal não ocorra devem ser acatadas desde a infância, nos tipos de brincadeiras, nos 'modos próprios' de meninos e meninas" (Pitanguy, 1982, p.63).

2. Olhares: modelo & gênero sobre família e trabalho

Esta argumentação sobre modelos vê a identidade de gênero traçada como um "destino biológico", definido através da caracterização



de papéis próprios e representações e expectativas comportamentais. Contudo, nos últimos anos, os estudos e pesquisas acadêmicas criaram uma outra vertente de avaliação desse padrão estabelecido para tratar os conceitos de masculino e feminino, masculinidade e feminilidade. A “reavaliação cultural do biológico” deslocou-se para o uso analítico da categoria gênero, problematizada como uma construção social – e, conseqüentemente, histórica. A suposição é que

Inveria conceitos de feminino e de masculino, social e historicamente diversos. A idéia de pluralidade implicaria admitir não apenas que sociedades diferentes teriam diferentes concepções de homem e de mulher, como também que no interior de uma sociedade essas concepções seriam diversificadas, conforme a classe, a religião, a raça, a idade, etc.; além disso, implicaria admitir que os conceitos de masculino e feminino se transformam ao longo do tempo. Assim, o conceito buscava se contrapor a todas/ as que apoiavam suas análises em argumentos essencialistas, ou seja, apontava não para uma essência feminina ou masculina (natural, universal ou imutável), mas para processos de construção ou formação, histórica, lingüística e socialmente determinados (e, então, múltiplos) (Louro, 1996, p.10).

Este olhar sobre a construção dos modelos, os olhares para as relações familiares evidenciaram a divisão sexual do trabalho e demonstraram desempenhos no lar e no sistema produtivo e reprodutivo com o papel da mulher, deixando-a, muitas vezes, inconsolável por não se moldar ao que a sociedade exigia à “mulher maravilha”.

O “instinto materno”, para a antropóloga Elizabeth Badinter (1979), é um mito. Seus estudos apontam para o século XVII quando a figura da mãe tinha mais uma função biológica do que afetiva, com as crianças sendo criadas e criadas pelas amas-de-leite responsáveis pela sobrevivência física e pelo apoio emocional. Portanto, o “amor materno” é idéia moderna, com o imaginário social processando, através de idéias, imagens e estereótipos, as noções sobre funções e papéis sociais, criando representações simbólicas que alteram as visões de mundo e os valores assentados em experiências que tendem a criar desconforto tanto nos que fogem ao padrão estabelecido quanto naqueles que os cercam.

Diz Isabel Travassos:

Outrora apenas centrado no lar, na família, o papel da mulher é hoje bem diferente. Na verdade, no final do milênio, a influência da mulher em todas as esferas da sociedade tem aumentado. Podemos constatar esse fato através da presença das mulheres em muitos lugares onde até a bem poucos anos era impensável. A magistratura, a diplomacia e as forças armadas estavam vedadas às mulheres. O ensino universitário era, majoritariamente frequentado pelos homens. Tudo isto mudou (Refrigerio, 2000, n.º 77).

A questão do **trabalho**, por exemplo, demonstra que o que antes se inscrevia como “próprio da mulher”, ou seja, a tarefa doméstica, se ainda hoje contribui para a vivência feminina na “dupla jornada”, há mudanças substanciais. Apesar de o imaginário social dizer que “não faziam nada”, e elas próprias reproduziam esses discursos, na realidade, as funções que assumiam na casa, na família, na reprodução da economia doméstica familiar contrapunham-se àquele padrão estabelecido.

Ao avançarem para o espaço público, para os empregos fora de casa, com os setores da economia nacional utilizando mão-de-obra qualificada, as mulheres foram singularmente assumindo os trabalhos ditos “masculinos”, como se dizia. E hoje, freqüentemente, no noticiário da imprensa, coloca-se, em primeira página, um feito de mulher – piloto de aviação, empresária ou atuando no campo da Física. Isso demonstra a preocupação social em avaliar a qualificação das mulheres para assumirem qualquer atividade no mundo do trabalho no espaço público, embora a história esteja pontuada de letradas e profissionais em todas as áreas.

3. Mulher, trabalho e família no Brasil e a realidade histórica

O Brasil também seguiu a tradição de supor as mulheres concentradas em atividades exclusivas dentro do lar, não qualificando essas funções caseiras como “trabalho” e sim como “obrigação”.

Avaliando historicamente a vida das mulheres brasileiras entre o lar e a família, vê-se que no período colonial, nos setores da produção agrícola, identifica-se a presença das mulheres acompanhando os homens da família, nos trabalhos dos roçados, na coleta de produtos e em outras atividades conforme sua condição social. As escravas atuavam tanto no serviço doméstico quanto na lavoura; enquanto as mulheres de famílias abastadas se envolviam nas tarefas do lar – bordar, fiar e tecer – e também na administração das fazendas, geralmente nas longas ausências

do marido ocupado nas negociações da produção diante das empresas exportadoras na Metrópole. O andamento da lavoura e o trabalho da escravaria eram dirigidos por essas mulheres. Nas áreas urbanas, as mulheres pobres, vendedoras ambulantes dos produtos excedentes dos roçados e da lavoura de subsistência são descritas, nos documentos históricos, não como trabalhadoras autônomas, mas como arruaceiras registradas nas ocorrências policiais e nos processos.

O crescimento das cidades e a modernização dos transportes proporcionaram novas profissões às mulheres brasileiras no setor comercial, como a de modistas, chapeleiras, floristas, oferecendo seus préstimos às mulheres ricas e elegantes que freqüentavam as noites de salões e teatros. Mesmo assim, esses serviços eram vistos como trabalhos ilícitos e de fachada para ocultar comportamentos proibidos.

A industrialização lançou outro espaço de trabalho à mulher, na fábrica, dividindo com o marido o sustento familiar. A operária será vista nas lutas sindicais propondo leis protetoras ao trabalho feminino desde o início de século até os dias atuais, buscando programas que consolidem as leis trabalhistas e amparem a ela e à sua família, de modo a diminuir as tensões sociais. A incorporação das trabalhadoras à diversidade de atividades do grupo masculino aumenta a sua participação na economia do País.

Embora seja evidente o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, contudo, o mesmo não é acompanhado da igualdade de salários que recebem os homens, na maioria das profissões. A máxima "trabalho igual, salário igual" ecoa nos primórdios de um mercado que incluía as mulheres num sistema que sobrevivia do batateamento da mão-de-obra. Hoje, com a reestruturação produtiva, a maior qualificação e os desafios do mercado numa época globalizada, pelo que se vê, ainda prescrevem a situação atual das trabalhadoras em todas as áreas de atividades. A População Economicamente Ativa do Brasil (PEA) exposta pela Pesquisa Nacional por Amostragem de Domícílio (PNAID), realizada pelo IBGE em 2001, aponta um contingente feminino na ordem de 41,9% de trabalhadoras; em 2002, a taxa de mulheres na PEA é de 42,5% (entre ocupadas e empregadas). No entanto, dessa taxa, 48,7% de mulheres empregadas se engajam em atividades caracterizadas tradicionalmente como funções domésticas (serviços em saúde, educação e outras áreas assistenciais).

Presentemente, uma problemática tem marcado a vida das mulheres com a inerente divisão entre papéis masculinos e femininos, com a

forte presença delas no conjunto da população ativa e as alterações nas relações familiares, a figura da mulher dona de casa e do homem chefe de família ou foi substituída pelo modelo familiar de ambos estarem empregados e/ou pela crescente tendência da mulher como chefe de família. Contudo,

apesar de ter havido esta mudança de práticas e de atitudes, que reconhece às mulheres novos papéis sociais, as formas de organização da vida em sociedade continuam ainda no pressuposto de que as mulheres continuam, em nível da família, a assumir mais integralmente do que os homens um leque de responsabilidades com o cuidado dos filhos e de outros familiares, ficando impossibilitadas de, no plano profissional, desenvolver carreira e ocupar determinados postos de trabalho, em pé de igualdade com o sexo masculino. As mulheres preenchem, majoritariamente, lugares de base nas estruturas organizacionais que as empregam e tendem a estar adstritas a tarefas que correspondem ao prolongamento das suas atividades na esfera doméstica (cf. www.cite.gov.pt/).

4. Algumas questões emergentes sobre a complexa dicotomia de papéis

Essa complexidade de tarefas tem se responsabilizado por problemas à **saúde da mulher**, tema pautado em pesquisa e discussão pública, há mais de vinte anos no Brasil, “sobre os efeitos da desigualdade entre os gêneros e a saúde da mulher” (Corrêa, 2002, p.359-388). Os resultados destas pesquisas reconhecidas internacionalmente tiveram seu impacto valorizado “no plano da formulação e implementação das políticas de saúde da mulher e/ou saúde sexual e reprodutiva”. No âmbito acadêmico, essa produção se desenvolveu, sobretudo, na demografia (investimento em estudos sobre fecundidade e prevalência contraceptiva e sexualidade) e na saúde pública ou saúde coletiva (com a focalização relevante nos aspectos relacionados à capacidade reprodutiva das mulheres, como a gravidez, a morte materna, o aborto, o câncer ginecológico e da mama).

Em termos práticos, o questionamento das mulheres sobre as estruturas sociais que as oprimiam, implicando no seu bem-estar físico, emocional e mental, influuiu na problematização sobre seus direitos na

meia da saúde. Por exemplo, elas começaram a “desmistificar o exercício da medicina, em geral, e da ginecologia, em particular” ao constatarem a relação autoritária e desumanizada entre médico e paciente. Com isso, procuraram organizar “grupos de aprendizagem do autocuidado e da troca de experiências sobre a saúde” com os primeiros grupos surgindo nos EUA, nos anos 70, ampliando-se logo para a Europa, a América Latina e o Caribe. Primeiramente, denunciaram “um estado de coisas, no campo da saúde, que as oprimiam e a outros excluídos”. Muitas desmistificações nesse setor foram feitas, como a do orgasmo vaginal, a da homossexualidade feminina, que era vista como uma doença e não como uma orientação sexual. Outras denúncias interpelaram o controle populacional mascarado de “liberdade de reprodução” que motivava as pesquisas e o desenvolvimento dos métodos contraceptivos; denúncias sobre a utilização das mulheres do Terceiro Mundo como cobaias da alta tecnologia para o controle da natalidade ou o uso desses métodos e da esterilização de mulheres por governos que operavam no controle populacional. Nesse sentido, os objetivos dos movimentos de mulheres pela saúde “foram e seguem sendo o de recuperar o conhecimento das mulheres, denunciar a expropriação e o controle do corpo feminino e alcançar uma participação ativa na formulação e implementação das políticas de saúde”.

No Brasil, “o Ministério da Saúde implementou, em 1974, o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, PAISM, que objetivava criar ações dirigidas às mulheres na faixa etária de 15 a 49 anos”. Houve pressão das mulheres para a ampliação do programa a todas as faixas etárias, o que foi atendido pelo governo. Os avanços desse programa foram o resultado da participação feminina nos movimentos pela saúde sempre em nível propositivo e crítico. Em 1991, foi criada a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos atuante em 21 Estados brasileiros. Por outro lado, as Conferências das Nações Unidas (Cairo, 1994; Beijing, 1995) fortaleceram o envolvimento mundial dos governos com as políticas de saúde da mulher pautadas pelas reivindicações fundamentais dos movimentos de mulheres.

O campo da saúde envolve muitas outras dimensões vivenciadas pelas mulheres e amplia os programas de políticas públicas que estas têm demandado para a melhoria de sua qualidade de vida. É o caso da violência se constituir em um problema de saúde pública.

Violência contra a mulher é uma expressão usada para referir a violação dos direitos humanos das mulheres. Consiste no uso da

força física, psicológica ou intelectual para obrigar outra pessoa a fazer algo que não é da sua vontade, tolhendo a liberdade, incunodando e impedindo a vítima de manifestar seu desejo, sob pena de ser gravemente ameaçada ou até mesmo espancada, lesionada ou morta (CFSS).

Este aspecto das relações humanas demonstra o grau de desigualdade e injustiça nas relações que as mulheres vivenciam com os homens ao serem constatados, por exemplo, casos de estupro. Quando, em 1994, a Organização dos Estados Americanos – OEA realizou a Convenção de Belém do Pará (Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher), a definição tomada como uma das cláusulas do documento assinado pelos participantes foi a de que “A violência contra as mulheres é uma manifestação de relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres que conduziram à dominação e à discriminação contra as mulheres pelos homens impedindo o pleno avanço destas últimas”.

A violência contra a mulher tem sido um debate internacional centrado em explicações sobre a cultura da hierarquia de poder que domina a sociedade, sendo legitimada pela ideologia que criou papéis sociais com base nas diferenciações de sexo.

Os papéis ensinados desde a infância fazem com que meninos e meninas aprendam a lidar com a emoção de maneira diversa. Os meninos são ensinados a reprimir as manifestações de algumas formas de emoção, amor, afeto e amizade, e estimulados a exprimir outras, como raiva, agressividade e ciúmes. Essas manifestações são tão aceitas que muitas vezes acabam representando uma licença para atos violentos (Portal violência contra a mulher).

Esses modelos interferem nas sessões de violência praticadas contra as mulheres, leva-as à perda da saúde e até à morte.

Considerações em torno dos olhares

No percurso deste artigo, tratei de modelos e de representação de papéis masculinos e femininos, demonstrando alguns problemas relativos a um imaginário social estereotipado que interfere no nosso pró-

prio reconhecimento enquanto seres humanos, na casa, no trabalho, na família, comprometendo nossa saúde e, às vezes, submetendo-nos a níveis de violência física ou psicológica. Finalizo, relacionando o lugar de onde falo – a academia universitária – ao lugar da dona de casa, socialmente preconceitualizado, secularmente subestimado e desqualificado. Uma/á artista visual (autor desconhecido), criador/a de mensagens de *power paint*, usando uma parábola e com as expressões valorizadas pela academia, exprimiu, em jargão universitário, os processos que se realizam no serviço doméstico, traduzindo-o, pela semântica, em uma qualidade acadêmica: quem realiza essas atividades são “Doutoras em Desenvolvimento Infantil e em Relações Humanas”. Nós, mulheres moralmente fortes, que temos tantos trabalhos, mas geralmente simplificados no de maior peso, o de sermos mães e donas de casa, nem sempre resignificamos essas atividades, mesmo coordenando, diuturnamente, projetos de vida. O doutoramento, portanto, é uma consequência de aprendizados plenos de experiências que circunscrevem o dia-a-dia das mulheres.

BIBLIOGRAFIA

- BADINTER, Elizabeth. *Um Amor Conquistado: O Mito Do Amor Materno*. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1979.
- LOURCO, G. L. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, Marta Julia; MEYER, Dagmar; WALDOW, Vera (orgs.). *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p.07-18.
- MADEL, Luz (org.). *O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- PASSOS, Elizete Silva. *Mulheres Moralmente Fortes*. Salvador: Gráfica Santa Helena, 1993.
- PELANGUY, J. In: MADEL, Luz (org.). *O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- TAVARES, Isabel. A mulher na família, na Igreja e na sociedade. In: *Religião*, n.º 77 (Maio/Junho 2000). [www@irrmaos.net](http://www.irrmaos.net). Acesso em 03/03/2006.